

São Paulo, 22 de abril de 2024

À

Sua Excelência

Dr. Leonardo Magalhães,

Defensor Público-Geral Federal

Brasília-DF.

Senhor Defensor Público-Geral,

Com grande estima e profundo respeito que nós, representantes das organizações da sociedade civil brasileira em luta pela preservação e fortalecimento da nossa democracia, dirigimos esta carta a Vossa Excelência para externar os nossos mais efusivos cumprimentos pelo trabalho desenvolvido pela Defensora Pública Federal Carolina Soares Castelliano Lucena de Castro, Defensora Nacional de Direitos Humanos.

A atuação da Defensora Carolina Soares tem sido uma fortaleza na defesa vigorosa das nossas instituições democráticas frente aos desafios atuais. Sua conduta independente e corajosa ao lidar com questões cruciais, como a resistência aos ataques à democracia disfarçados sob o viés da defesa da liberdade de expressão, destaca-se como um farol nestes tempos tão difíceis.

Tais ataques frequentemente possuem a capacidade de se propagarem rapidamente em um ambiente de polarização intensa, obscurecendo os perigos reais à integridade do debate público e à estabilidade das instituições brasileiras.

A recente propositura da Ação Civil Pública Estrutural pela Defensoria Pública da União, em estreita colaboração com a sociedade civil organizada, contra a rede social X destaca-se como uma medida de extrema relevância e precisão temporal. Esta iniciativa não apenas responde às demandas urgentes de proteção e promoção dos Direitos Humanos, mas

também serve como um poderoso lembrete do papel indispensável que a Defensoria desempenha na manutenção e fortalecimento do Estado Democrático de Direito. A ação capturou a atenção da sociedade civil, ressaltando a capacidade da DPU de agir decisivamente em momentos críticos. Ela é um testemunho eloquente do compromisso da Defensoria com a justiça social e a igualdade, e tem fortalecido ainda mais sua estatura como uma instituição essencial à defesa dos direitos fundamentais no Brasil. É, sem dúvida, motivo de orgulho e merecedor de reconhecimento por todos os setores progressistas e conscientes de nosso país.

Este é um momento particularmente sensível, diante da discussão de leis essenciais para a regulamentação de plataformas digitais no Congresso Nacional e do iminente processo eleitoral. O Tribunal Superior Eleitoral, ciente dos riscos, tem intensificado esforços para fortalecer regulamentações e mitigar influências indevidas nas eleições.

Valorizamos e reconhecemos o trabalho incansável da Defensoria Pública da União sob sua liderança, assegurando que justiça e equidade continuem a ser pilares em nosso país.

Com respeito e gratidão,

Frei David Santos, OFM
Diretor Executivo da EDUCAFRO BRASIL

Jovita José Rosa
Presidente do Instituto de Fiscalização e Controle